

## MEMÓRIA, FRAUDE E DOCUMENTAÇÃO: ALEMÃOZINHO E A MEMÓRIA DAS ORDENS

Paulo Pinheiro Machado<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo refletir sobre o uso que a historiografia fez sobre dois documentos capturados pelas forças do exército quando grupos de sertanejos envolvidos no movimento do Contestado apresentaram-se na região de Canoinhas, em Santa Catarina. Os documentos foram apresentados por Henrique Wolland, o “Alemãozinho”. O primeiro documento é um conjunto de ordens de Alemãozinho aos membros de seu piquete de ataque, o segundo documento é uma carta de “habilitação” assinada pela “virgem” Maria Rosa. Os cronistas militares e depois os estudiosos sobre o movimento sertanejo, não se preocuparam em refletir sobre as origens destes documentos e a estratégia de Alemãozinho em negociar sua própria rendição.

**Palavras chave:** Guerra do Contestado, Pares de França, análise de fontes.

### MEMORY, FRAUD AND DOCUMENTATION: ALEMÃOZINHO AND THE MEMORY OF THE ORDERS

**Abstract:** The objective of this article is to analyze how historiography has reported two documents taken by the Brazilian army when groups of peasants involved in the Contestado war appeared in the area of Canoinhas, Santa Catarina. The documents were presented by Henrique Wolland who was also known as “Alemãozinho”. The first document was a series of orders prepared by Alemãozinho for the members of his front line of attack; the second document was an “authorization” signed by the “virgin” Maria Rosa. The military narrators and the experts in peasant’s affairs have not worried about reflecting the origins of these documents neither the Alemãozinho strategy to negotiate his own surrender.

**Key words:** Contestado war, Pares de França, analysis of sources.

A Guerra do Contestado foi um conflito de grandes proporções, ocorrido nos planaltos de Santa Catarina e Paraná entre os anos de 1912 e 1916. Grande grupo de sertanejos removidos de suas terras pela construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande e enxotados de matas e faxinais por grandes pecuaristas, Coronéis da Guarda Nacional, erravam por diferentes localidades do planalto. Os problemas ganham vulto com a perseguição policial a um grupo de seguidores do curandeiro José Maria, que migra de Taquaruçu, no então município catarinense de Curitibanos, para Irani, dentro dos Campos de Palmas, região contestada sob administração paranaense. Após a morte do José Maria no combate do Irani, em outubro de 1912, os sertanejos dispersam e

<sup>1</sup> Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina. Uma versão anterior deste texto foi apresentada no XXIV Simpósio Nacional de História, ANPUH de São Leopoldo, em 2007.

voltam a se concentrar a partir de dezembro de 1913 num segundo povoado de Taquaruçu. Esta concentração foi animada com o relato dos sonhos de Teodora, menina de 11 anos que Transmitia as suas comunicações com o monge que havia tombado no Irani.

O movimento do Contestado, além de ser provocado por estes elementos e conflitos conjunturais, é o resultado de processos mais longos e profundos, como a confluência das tradições do federalismo popular com o profetismo de João Maria, ao mesmo tempo em que, na região serrana e no planalto médio de Santa Catarina, se desenvolvia forte crise agrária no início do século XX, provocando a expulsão de posseiros, pequenos lavradores e ervateiros de seus territórios. Isto se deu em três níveis.

Num primeiro momento, é necessário lembrar um processo de concentração fundiária em marcha nas regiões pecuaristas planalto acima. Cada vez era maior o número de grandes estancieiros que faziam com que suas propriedades se estendessem sobre roças e invernadas de pequenos posseiros, transformando-os em agregados. Um segundo tipo de problema fundiário, com a expulsão de milhares de sertanejos de suas terras, foi promovido em grande escala pelo impacto da construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, e das terras concedidas a empresa concessionária, a *Brazil Railway Company*, de até 15 km de terras devolutas de cada lado da estrada, atingindo massivamente os vales dos rios do Peixe, Iguazu médio e Negro. Um terceiro processo era a grilagem que Coronéis da Guarda Nacional do Paraná realizavam sobre os territórios contestados por Santa Catarina, o que promoveu a concentração fundiária e a privatização de ervais nativos na região de União da Vitória, do rio Timbó, em Três Barras, Rio Negro, Papanduva e Itaiópolis.

Entre dezembro de 1913 e junho de 1914 os sertanejos buscaram formar suas comunidades autônomas no centro do planalto catarinense, sempre fugindo e resistindo das investidas da polícia e do exército. Sofrem dois ataques a Taquaruçu (dezembro de 1913 e fevereiro de 1914), resistem à investida do exército em Caraguatá (março de 1914) e no combate à Guarda de Santo Antônio (maio de 1914). A partir de julho de 1914 os sertanejos passam à ofensiva desenvolvendo dezenas de ataques à Vilas, estações de trem, pontes e serrarias da *Brazil Lumber and Colonization Company* (subsidiária da ferrovia), que tanto impactou nesta região. Foram tomadas as Vilas de Timbó, Itaiópolis, Papanduva e Curitibanos. Permaneceram sofrendo meses de assalto as cidades de Campos Novos, Canoinhas e Lages. As estações de trem de Calmon e São

João foram atacadas e incendiadas. Em setembro, a pedido dos governos de Santa Catarina e Paraná, o exército envia a numerosa e bem abastecida expedição comandada pelo General Setembrino de Carvalho que, entre setembro de 1914 e maio de 1915, empregou mais de 6 mil homens do exército e milhares de “vaqueanos civis”, capangas dos grandes fazendeiros a serviço das forças oficiais, na repressão aos sertanejos (RODRIGUES, 2001, 14).

A partir das “cidades santas” de Taquaruçu e Caraguatá os sertanejos passam a definir com mais clareza seu projeto. Defendiam uma “Monarquia Celeste”, um regime de justiça e bem estar, uma “Lei do Céu” que consolidava os vínculos comunitários e de solidariedade. Não se tratava de uma Monarquia como a dos Bragança, mas um regime *sui generis*, uma monarquia “sem Rei” (MACHADO, 2004, 213), estribada em falas de José Maria e na tradição mais profunda, do profeta e andarilho João Maria (GALLO, 1999, 156). Na prática, representava a construção de um mundo novo, sem a presença dos Coronéis, da Ferrovia e do governo republicano.

A ofensiva rebelde levou o movimento sertanejo a outras regiões. No mesmo momento que ascendem as “lideranças de briga” e diminui o poder das “virgens” e demais lideranças místicas, há uma forte expansão do movimento no planalto norte catarinense e para a saliência paranaense de Três Barras, Itaiópolis e Papanduva. As lideranças “de briga” tiveram origem na guarda dos “Pares de França” ou “Pares de São Sebastião” que faziam a proteção dos primeiros redutos (ESPIG, 2004, 98). Eram tropeiros, lavradores, peões e agregados de fazenda, desgarrados do poder de seus patrões, que passaram a comandar os redutos rebeldes. Entre as principais “lideranças de briga” encontramos Chiquinho Alonso e, depois de sua morte, Adeodato Ramos. A linguagem da “Guerra Santa”, formulada a partir do segundo Taquaruçu, ganha novos sentidos e adeptos no município de Canoinhas, que vivia também forte crise política local. A expansão rebelde contará com o apoio de antigos federalistas, como Aleixo Gonçalves de Lima, chefes locais de grupos antes submetidos ao poder do Major Vieira, como Bonifácio Papudo e Antônio Tavares. Estas lideranças do norte introduziram com destaque, no movimento, além da defesa da “Monarquia” e da “Santa Religião” o “Cumprimento da sentença de limites” que desde 1904 concedia à Santa Catarina a jurisdição sobre o território contestado.

No quarto ano do início do conflito do Contestado, em janeiro de 1915, depois de cinco meses de cerco das tropas do exército, comandadas pelo General Fernando

Setembrino de Carvalho, vários grupos rebeldes iniciaram um processo de rendição e apresentação às forças oficiais, principalmente no planalto norte catarinense, região de Canoinhas, e na saliência administrada pelo Paraná com as Vilas de Itaiópolis e Papanduva. (CARVALHO, 1916, pp. 90-110 ; VINHAS DE QUEIROZ, 1966, pp. 243-247).

Segundo Adolf Bading, comerciante e Juiz de Paz em Canoinhas, o estado de saúde dos rebeldes que se apresentavam era lastimável. Vinham raquíticos e doentes, muitos não sobreviveram. O longo cerco aos redutos produzia seus resultados. Os rebeldes apresentavam-se na esperança de serem bem tratados por unidades do exército que divulgavam um “Apelo” do General Setembrino.

Entre as lideranças que se apresentaram aos oficiais do exército encontravam-se importantes chefes de Guardas e Redutos como Bonifácio Alves dos Santos (Bonifácio Papudo), Carneirinho, e Henrique Wolland, chamado de “Alemãozinho”. Antônio Tavares de Souza Júnior, que dirigia um reduto nas nascentes do rio Itajaí, iniciou uma negociação de rendição com o Major Taurino de Rezende, mas acabou fugindo para o litoral após o bombardeio de seu acampamento (AURAS, 1995, pp. 126-130).

Alemãozinho era um fotógrafo que entrou na guerra sertaneja a convite do principal chefe rebelde da região, o Capitão Aleixo Gonçalves de Lima. Antigo federalista de origem paranaense, Aleixo radicou-se na região de São Bento no final do século XIX e passou a defender as demandas catarinenses na disputa de limites com o Estado do Paraná. Em 1909 este Capitão atacou barreiras fiscais que os paranaenses haviam construído para taxar a erva mate. Durante o ano de 1914 Aleixo reuniu mais de 300 homens e manteve sob fogo cerrado as forças do governo acantonadas na Vila de Canoinhas. Outros piquetes rebeldes ocuparam as Vilas de Colônia Vieira, Itaiópolis e Papanduva. Alemãozinho chefiou um piquete que tentou ocupar a cidade de Rio Negro, mas foi repellido pela força paranaense e grupos de vaqueanos civis dirigidos pelo Coronel Bley Neto.

O chefe Aleixo não concordou com a iniciativa de rendição e manteve seus homens no Rio d'Areia, sob o comando de Adeodato que liderava todos os rebeldes a partir da “Cidade Santa” de Santa Maria. Adeodato era um novo chefe que há dois meses sucedeu Chiquinho Alonso e passou a buscar um comando direto sobre todos os chefes rebeldes.

O cerco das tropas do exército havia debilitado a resistência de muitos sertanejos. As relações comerciais com o mundo exterior (principalmente a venda de

erva mate e de couros em troca de armas, munições e víveres) estavam quase inviabilizadas. A fome batia com força em muitos redutos e guardas. A entrada no verão e a impossibilidade do plantio, em extensões razoáveis, de roças de milho, alimento básico das populações do planalto, tornava a perspectiva sombria para a sobrevivência de muitos redutários (FELIPE, 1995, p. 124).

No entanto, as rendições não seguiam apenas ao impulso das carências e necessidades. Muitos rebeldes que se renderam decidiram abandonar a região. Para outras chefias intermediárias poderia ser uma mera mudança de lado, já que existiam propostas vantajosas do governo aos que se colocassem ao serviço do exército para lutar como *vaqueanos*. Alemãozinho agiu desta forma.

Henrique Wolland entregou aos oficiais do exército dois documentos, que são emblematicamente citados pela historiografia: uma carta de “habilitação” de Alemãozinho como “comandante dos Pares de São Sebastião” assinada pela *virgem* Maria Rosa e outro documento, composto de regras de Alemãozinho para a atuação de seu piquete, também chamado de “irmandade de São Sebastião”:

As ordens para a irmandade de São Sebastião:

- 1º. Em horas de folma, para ficar sério para não rir-se nem falar, nem fumar e só tratar da oração em boa fé.
- 2º. No piquete para não falar arto nem rir-se nem beber espírito sem oldem do comandante.
- 3º. Para não entrar em casa nenhuma sem oldem do comandante.
- 4º. A irmandade do piquete não falar com senhora sem que seja perciso.
- 5º. Para tratar-se um com outro com o maior respeito.
- 6º. Não ter pressa para voltar e nem perguntar para onde vai e nem donde vem.
- 7º. E fé em Deus São Sebastião e João Maria de Agostinho, todo serviço é leviano.
- 8º. No chamar do comandante com a buzeira se apresentar sem gastar tempo.
- 9º. Os da irmandade dos Pares que erram em qualquer ato desta oldem tratarei de executar: primeiro na folma, um conselho; segundo no marmello e terceiro matarei, confolme a culpa assim paga. Por oldem de dona Maria Rosa, *virgem*.”(SOARES, 1931, pp. 122-123).<sup>2</sup>

Podemos observar que estas ordens, de suposta autoria de Alemãozinho, a mando de Maria Rosa, apenas confirmavam típicos comportamentos desejados dos redutários. O piquete apresentava-se como “irmandade de São Sebastião” denominação quase sinônima dos “Pares de França”, uma força de elite que, como tal, deveria ser um modelo de disciplina, devoção e lealdade. A linguagem criada pelos sertanejos do eixo Taquaruçu-Perdizes estava presente nestas ordens. O comportamento durante as *formas*

---

2 Da mesma forma que Pinto Soares, optei em manter a ortografia original dos textos da época.

– assim chamados os momentos gerais de reunião dos redutários para a prática de preces, discursos dos chefes e distribuição de tarefas, o respeito a famílias e mulheres e a gradação das penas aos transgressores, eram práticas vigentes desde o primeiro reduto de Taquaruçu. O item 6º (*Não ter pressa para voltar e nem perguntar para onde vai e nem donde vem*) revela preocupações quanto a informações de guerra e o cuidado com a espionagem.

Desta forma, independente dos propósitos de Alemãozinho em mostrar este documento aos oficiais do exército, os indícios de sua veracidade são dados pelo conhecimento que os militares já possuíam destas práticas.

O outro documento, a carta cuja autoria é atribuída a *virgem* Maria Rosa é o seguinte:

Abelito o sr. Henrique Wolland, de Comandante dos doze pares de São Sebastião da irmandade dele e tendes hordes para ir em Papanduva, Iracema, Lucena e Rio Negro, Campo Alegre município de Joinville e Blumenau para fazer guarda e trancar as estradas desses lugares para combater com os peludos onde encontrar quando tiver com percisão de gente combina com outros comandantes, pede auxílio também podendo resgatar de tudo quanto for preciso para a irmandade, principalmente almamento e colocar comandante onde axar necessários. Sendo voluntário tudo e que não abuzes as hordes e tenha fé em Deus e São Sebastião e S. José Maria de Agostinho e S. José Maria que tudo é nada. Maria Rosa, *virgem* (SOARES, 1931, pp. 121-122).

O documento faz referência a um tipo de procedimento dos rebeldes muito comum durante o período de chefia de Francisco Alonso de Souza, o Chiquinho Alonso, entre junho e novembro de 1914, época de grande ofensiva rebelde. O movimento sertanejo crescia como uma federação de chefes, com a liderança nominal de Alonso, mas muita autonomia de iniciativa, onde chefes locais faziam combinações próprias para auxílios em determinadas ações sobre regiões demarcadas. O documento atribui a Alemãozinho a chefia sobre um extenso território ao nordeste do planalto catarinense, região que todos os nativos sabiam que era área de influência do rebelde Aleixo Gonçalves.

O curioso, neste documento de “habilitação”, é que não há qualquer outra fonte que registra o fato de Alemãozinho ter chefiado os “Pares de São Sebastião”. Nenhum depoimento de pessoas que viveram nos redutos faz referência a este destaque de sua condição. Não temos conhecimento da formação dos “Pares” em redutos do norte e, normalmente, a formação dos “Pares de São Sebastião” só ocorria no reduto-mor, o reduto que abrigava o “comando geral” (Taquaruçu, dez. 1913 a jan. 1914; Caraguatá,

fev. a abr. de 1914; Bom Sossego; mai. a jul. de 1914; Caçador Grande, jul. a nov. 1914; Santa Maria, dez. de 1914 a abr. 1915; São Miguel, mai. a jul. de 1915; São Pedro, jul. a dez. de 1915).

Outra contradição evidente nas informações presentes no documento de “habilitação” é um descompasso cronológico significativo. O período de atuação de Alemãozinho ocorreu quando Chiquinho Alonso já era Comandante Geral dos redutos, a partir da segunda metade de 1914. A liderança da *virgem* Maria Rosa declinou em Bom Sossego, logo após a evacuação de Caraguatá, em abril de 1914. Portanto, durante a chefia de Maria Rosa o movimento ainda não tinha a adesão das chefias e dos sertanejos do planalto norte, o que só ocorre, e de forma bastante coordenada, no início da grande expansão rebelde a partir de meados de Julho de 1914.

Não consta, igualmente, qualquer outra informação de que Maria Rosa escrevesse nomeações e habilitações, ou que sequer fosse alfabetizada. Serviram, em diferentes locais e momentos, como “escrivães” dos redutos, Elias de Moraes (em Caraguatá, Bom Sossego, Santa Maria, São Miguel e São Pedro) e Conrado Grobbe (em sua guarda e no reduto de Pedra Branca). Chiquinho Alonso costumava enviar piquetes de ataque com ordens escritas de seu punho.<sup>3</sup> No Arquivo Histórico do Exército há bilhetes de salvo-conduto assinados por Domingos Crespo, por ordem de Adeodato. Porém, nenhum documento de autoria atribuída a *virgem* Maria Rosa foi encontrado.

Maurício Vinhas de Queiroz (1966, 172) acredita na autenticidade do documento de “habilitação”, embora reconheça que seja o único documento do gênero produzido por Maria Rosa. Vinhas afirma que Alemãozinho era um marujo desertor da canhoneira *Panther*, da marinha imperial alemã e que impressionou os rebeldes por suas habilidades e iniciativa. No entanto, parece que Alemãozinho impressionou mais os militares que os habitantes da região. Cronistas locais, que tiveram amigos pessoais que foram viver entre os rebeldes, como o comerciante e tropeiro Alfredo Lemos, de Curitiba, e o comerciante de Canoinhas, Adolf Bading, citam Aleixo, Tavares e Papudo como os principais chefes do norte e não fazem referências a Alemãozinho.

Alemãozinho também parece ser um indivíduo sem muito enraizamento na região onde atuou, como afirma Sebastião Costa “...era mais um dos que apareceram só na época da guerra” (MACHADO, 2004, p. 297). No auto de perguntas a Francisco

---

3 Os bilhetes de “fanáticos” encontram-se na correspondência do Tenente Coronel Estilac Leal, comandante da coluna sul, ao General Setembrino de Carvalho, caixa 5537, Arquivo Histórico do Exército (AHEx), Rio de Janeiro.

Hieck, em Rio Negro, o depoente afirmou que foi convidado por Alemãozinho para lutar pela “Monarquia”, pela “Religião” e pela “execução da sentença de limites”. Afirmou ainda que Alemãozinho tinha uma “virgem” no acampamento<sup>4</sup>. Para os militares, Alemãozinho apresentou-se como fotógrafo e era considerado como mais um aventureiro dos que haviam em quantidade na região. O Tenente Herculano Teixeira d’Assumpção, que atuou na coluna sul, admite que Alemãozinho era um “assecla” de Aleixo e que vários rebeldes que se apresentaram em janeiro de 1915 no planalto norte foram deixados sob a guarda do Coronel da Guarda Nacional Bley Neto (ASSUMPCÃO, 1918, 73-74). É possível que, para escapar da vingança do Coronel Bley Neto, o chefe político de Rio Negro, Alemãozinho tenha apresentado-se aos militares do exército em busca de uma melhor sorte. As lideranças rebeldes sabiam da diferença de tratamento que poderiam receber das forças federais em comparação às forças de vaqueanos civis comandadas pelos representantes do poder local.

Considero que há fortes indícios de que o documento acima descrito, de “habilitação”, seja falso. Talvez Alemãozinho desejasse dar especial importância a sua rendição, apresentando aos militares credenciais que o transformavam num prisioneiro especial, como de fato foi tratado.<sup>5</sup> O documento de “habilitação” da “virgem” aqui parece tão falso como a “doação” de Constantino para a Igreja Católica, refutada por Lorenzo Valla no século XV (GINZBURG, 2002). A diferença aqui é que Alemãozinho não comete impropriedades lingüísticas, apenas cai em contradições cronológicas.

A fraude documental possui uma longa trajetória na historiografia. Autores clássicos sempre nos alertaram para a falsificação de documentos e sua absorção acrítica por gerações seguintes. Marc Bloch coloca que:

...a palavra das testemunhas não deve ser obrigatoriamente digna de crédito, os mais ingênuos dos policiais sabem bem. Livres, de resto, para nem sempre tirar desse conhecimento teórico o partido que seria preciso. Do mesmo modo, há muito tempo estamos alertados no sentido de não aceitar cegamente todos os testemunhos históricos. Uma experiência, quase tão velha quanto a humanidade, nos ensinou que mais de um texto se diz de outra providência do que de fato é: nem todos os relatos são verídicos e os vestígios materiais, eles também, podem ser falsificados (BLOCH, 2001, 89).

---

4 Auto de perguntas a Francisco Hieck, AHEx.

5 Por muitos anos circulou a informação de que Henrique Wolland era marinheiro da armada imperial alemã que havia desertado da canhoneira *Panther* no porto de Itajaí, em 1904. Porém esta informação não se confirmou. Informações sobre a rendição de Alemãozinho encontramos em STULZER, 1982, p. 69.

O General Setembrino de Carvalho estava convencido da importância de Alemãozinho entre os chefes rebeldes e, principalmente, animado com sua vontade de colaborar e o desejo de ser útil ao exército:

Vindo de Canoinhas, chegou, nesse comenos, a Iracema, Henrique Wolland. Allemão de nascença, baixo, moço ainda, de inteligência vivíssima, relativamente instruído, é a figura mais saliente entre todos os cabecilhas. Não foi preciso interrogá-lo porque elle, extremamente loquaz, foi logo desenvolvendo, methodico e preciso, todo o encadeamento da luta, desde seu início. Referiu que percorria os sertões no exercício de sua profissão, de photographo, quando a gente de Aleixo acertou de o prender. Não se amotinou com o incidente. De índole aventureosa e forte, em pouco tempo elle se impunha, por sua bravura, aos sertanejos, que o escolheram para comandante. E como comandante brigou sempre pela execução da sentença de limites entre os dois Estados.

O fanatismo era apenas um meio para a consecução daquelle objectivo. Mas sentindo que os recursos prometidos, sem nomear por quem, tinham falhado – desde a sua ida a Rio Negro, onde esperava encontrar gente para occupar a cidade – descrendo pouco a pouco dessa guerra, que limitava seus esforços a ‘atropellar a força’. Resolvera, por fim, apresentar-se e até combater com o seu piquete, ao lado do exército, porque o fanatismo não passava de puro banditismo. Conhecia profundamente os sertões e localizou com perfeição, no mapa em que eu estudava, todos os reductos irreductíveis, desde o Santo Antonio, até o de Caçador e o de Aleixo, desvendando a tática de combate dos matutos (CARVALHO, 1916, p. 90).

Setembrino sabia que as rendições que aconteciam ao norte ainda não haviam atingido o grosso do grupo rebelde, nos “redutos irreductíveis”. Alemãozinho procurava legitimar seus atos usando a mesma argumentação recorrente de lideranças do norte, a luta pelo cumprimento da sentença de limites. Afinal, por três vezes o Supremo Tribunal Federal havia dado ganho de causa à Santa Catarina, isto poderia revestir de certa legalidade a atuação destas lideranças (o que também foi feito pelo chefe Antônio Tavares). A experiência do fracasso ao ataque de Rio Negro é apresentada como a principal fonte de frustração com o movimento rebelde, agora apresentado como “puro banditismo”. Mas para Setembrino era muito importante poder contar com um guia que “conhecia profundamente os sertões” e estava muito disposto a colaborar para a liquidação de seus antigos chefes e companheiros.

Além dos registros dos cronistas militares, as fotografias de Alemãozinho, junto com o Tenente Castelo Branco e com um grupo de prisioneiros, fotos tiradas por Claro Jansson que foram reproduzidas em vários livros sobre o movimento do Contestado, ajudaram a perpetuar a memória que Henrique Wolland criou sobre sua trajetória.

Neste contexto, as cartas produzidas e apresentadas por Alemãozinho, precisam ser mais refletidas em seus dados e informações. Não podem ser lidas ingenuamente. Precisamos desenvolver análises com o mesmo cuidado que tratamos outras fontes. Documentos provenientes de processos de rendição precisam ser estudados dentro do conjunto de estratégias e alternativas a disposição destes sujeitos. Ao mesmo tempo em que Alemãozinho necessitava reafirmar princípios e práticas habituais dos *pelados*, para dar autoridade e credibilidade aos seus textos, já que não se tratam de invenções aleatórias, as cartas são também peças intencionalmente produzidas para exagerar a importância política e militar do autor dentro do grupo rebelde, o que torna o ritual de sua rendição um fato de destaque e credencial para sobrevivência e boas oportunidades dentro do mundo oficial.

A memória dos moradores e sobreviventes do conflito sertanejo não consegue precisar o que foi feito de Alemãozinho após a guerra. É provável que tenha mudado para outra região, distante de seu local de atuação, já que suas atitudes poderiam despertar acertos de contas. Este processo de rendição também levanta questões importantes para novas investigações: Há muitos indícios de conflitos entre forças federais e estaduais, há relações de desgaste entre exército e vaqueanos civis e, dentro do grupo rebelde há forte resistência ao novo tipo de comando que Adeodato tentava impor aos chefes rebeldes menores.

#### **BIBLIOGRAFIA E FONTES:**

ASSUMPÇÃO, Herculano Teixeira d' (Tenente). *A campanha do Contestado* (as operações da Coluna Sul). Vol. II. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1918.

AURAS, Marli. *Guerra do Contestado: A organização da irmandade cabocla*. 2ª edição. Florianópolis: Ed. UFSC, 1995.

BADING, Adolph . “O movimento fanático do Contestado (Paraná e Santa Catarina)” “Die Fanatikerbewegung im Contestado”. *Almanaque Alemão*. Trad. João Klug. S/cidade: s/ ed., 1916.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

CARVALHO, Fernando Setembrino (General). *Relatório apresentado ao General de Divisão José Caetano de Faria, Ministro da Guerra pelo Commandante das forças em operações de Guerra no Contestado, 1915*. Rio de Janeiro: Imprensa militar, Estado Maior do Exército, 1916.

ESPIG, Márcia Janete. *A presença da Gesta Carolíngia no movimento do Contestado*. Canoas: Ed. ULBRA, 2004.

FELIPE, Euclides José. *O último jagunço: o folclore na história da Guerra do Contestado*. Curitiba: UnC, 1995.

GALLO, Ivone C. *O Contestado: o sonho do Milênio Igualitário*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1999.

GINZBURG, Carlo. *Relações de força: História, retórica e prova*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

LEMONS, Alfredo de Oliveira. *A História dos Fanáticos em Santa Catarina e parte de minha vida naqueles tempos: 1913-1916*. Texto datilografado por Zélia Lemos, Curitiba, 1954.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas*. Campinas: Ed. UNICAMP/ CECULT, Coleção Várias Histórias, CNPq/FAPESP, 2004.

RODRIGUES, Rogério Rosa. “A Guerra como política ou a política na Guerra” In *Revista Brasileira de História Militar*. Ano II, número 4, Abril de 2011.

SOARES, José Octaviano Pinto. *Guerra em sertões brasileiros*. Rio de Janeiro: Papelaria Velho, 1931.

STULZER, Aurélio (Frei). *A Guerra dos Fanáticos, 1912-1916: a contribuição dos franciscanos*. Petrópolis: Vozes, 1982.

VINHAS DE QUEIROZ, Maurício. *Messianismo e conflito social: a Guerra Sertaneja do Contestado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

**FONTES:**

Arquivo Histórico do Exército. Fundo de documentos da Campanha do Contestado.

Artigo recebido em 06/07/2012  
Artigo aceito em 15/08/2012